

Contrato N.º 72/DAG/2019

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

I

INTRODUÇÃO

Como resulta expressamente do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições em matéria de tempos livres e desporto, sendo competência dos seus órgãos, entre outros, *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”*, como decorre também expressamente da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da já referida Lei;

É reconhecida a importância que o desporto assume nas sociedades modernas, quer como fator de saúde e bem-estar, quer de sociabilidade e participação cívica e como atividade profissional que suscita um crescente interesse público e empresarial.

Nessa medida, e tendo presente que o direito à cultura física e ao desporto tem inclusive consagração constitucional, pretende o Município de Esposende, através da sua Câmara Municipal, promover, estimular e apoiar essa prática, quer conjuntamente com as agremiações desportivas, quer por sua iniciativa própria, quer ainda com as escolas concelhias.

Atendendo ao disposto na Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, denominada como *“Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto”*, concretamente no seu Capítulo V, a artigos 46º e 47º, diploma que viria a ser regulamentado em matéria de contratos programa de desenvolvimento desportivo pelo Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, e neste atendendo ao disposto no seu artigo 2º, sempre que se pretendam dar apoios financeiros, materiais ou logísticos a Associações Desportivas, torna-se necessária a celebração de um contrato programa de desenvolvimento desportivo.



leij

II



JUSTIFICAÇÃO

A Câmara Municipal de Esposende celebrou com diversas coletividades desportivas contratos programa de desenvolvimento desportivo, destinados a regular os apoios a conferir a estes por parte do Município de Esposende.

Uma das medidas constantes desses mesmos contratos-programa consagrava o pagamento por parte da Câmara Municipal de Esposende, das taxas de filiação das equipas; inscrição, cartões e seguros dos atletas dos escalões de formação nas associações ou federações das respetivas modalidades.

É nessa medida que se celebra o presente contrato-programa, que se regerá pelo clausulado infra.

III

ARTICULADO

Assim, considerando, quer as atribuições do município já supra elencadas, bem como as competências da Câmara Municipal previstas nas alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente relativas ao apoio a atividades de interesse municipal a entidades e organismos legalmente existentes com vista à prossecução de obras de interesse municipal e à comparticipação pelos meios adequados no apoio a atividades também de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, bem como tendo presente o disposto na Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro e no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro,

Entre:

PRIMEIRO:

O Município de Esposende, pessoa coletiva de direito público n.º 506 617 599, aqui representado por **António Benjamim da Costa Pereira**, casado, natural da freguesia de Forjães, deste concelho, com morada profissional na Praça do Município, no concelho e na cidade de Esposende, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Esposende, com poderes legais para representação neste ato nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do art. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a seguir designado por primeiro outorgante; -----

E,

SEGUNDO:

A Associação de Patinagem do Minho, contribuinte fiscal nº 502 199 164, com sede na Urbanização da Formiga, Ed. Jomag 2 Lote 10, apartado 283, 4754-909 Arcozelo Barcelos da freguesia de Arcozelo, Barcelos, a seguir designado como APM ou segundo outorgante, aqui representado por **Licínio Carlos Ferreira dos Santos**, na qualidade de **Presidente da Direção**, com poderes para obrigar. -----

Se vai celebrar o presente contrato de desenvolvimento desportivo que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

(Objeto)

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo tem por objeto a forma como a Câmara Municipal de Esposende dará cumprimento àquele compromisso junto do segundo outorgante e os direitos e deveres das partes decorrentes do mesmo. -----

Cláusula 2ª

(Descrição e caracterização das atividades a realizar)

1 – Mediante a apresentação do pedido por parte da coletividade infra indicada, o segundo outorgante compromete-se a, durante a época desportiva 2019/2020:

- a) Proceder à inscrição dos atletas dos escalões de formação daquela coletividade desportiva até um limite de 20 atletas por escalão em Juniores, Juvenis e Iniciados, e até 25 atletas, por escalão em Infantis, Escolares e Benjamins;
- b) Proceder às emissões dos cartões de atleta e dos respetivos seguros dos escalões de formação acima indicados;
- c) Proceder à filiação e inscrição em provas associativas das equipas dos escalões de formação e inscrição dos respetivos técnicos e dirigentes, desde que integrantes da coletividade referenciada;
- d) Proceder conforme indicado nas alíneas anteriores sem quaisquer encargos a suportar por aquela coletividade.

2 – A coletividade a que se refere o número anterior é o **Hóquei Clube de Fão**. -----



[assinatura]
[assinatura]

3 – À coletividade supra é dado conhecimento do presente contrato programa pelos outorgantes e ela dará o seu consentimento escrito à sua celebração. -----

Cláusula 3ª

(Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa)

Pretende-se com este apoio que a coletividade indicada na cláusula anterior, durante a época em causa, mantenha o mesmo nível de desenvolvimento e de empenho na realização das atividades de índole desportiva que têm prosseguido nos anos transatos, nomeadamente ao nível das camadas de formação. -----

Cláusula 4ª

(Previsão de custos e das necessidades de financiamento público)

Tendo por fim a prossecução do objeto do presente contrato programa o primeiro outorgante, no prazo de trinta dias, transfere para o segundo as verbas inerentes às faturas emitidas até ao dia 1 de março de 2020 pela Associação de Patinagem do Minho, até ao limite máximo de 5.500€, destinada a assegurar os encargos resultantes do cumprimento do disposto na cláusula segunda.

A saber:

Descrição		Valor	
Taxa de Filiação		350,00€	
Taxa de Disciplina Hóquei em Patins		50,00€	
Taxa de Disciplina Patinagem Artística		25,00€	
Taxa de Vistoria		50,00€	
Taxas de Participação Competições			
Campeonato Regional - Sub13/sub15		30,00€	
Campeonato Regional - Sub 17		75,00€	
Campeonato Regional - Sub 20		125,00€	
Taça do Minho – Sub 15 e Sub 17		30,00€	
Taça do Minho – Sub 7 e Sub 20		45,00€	
Taxas de Inscrição Atletas			
	Nova Inscrição	Revalidação	Transferência
Sub 15-HP	2,90€	5,80€	29,00€
Sub 17- HP	5,80€	8,70€	290,00€
Sub 20- HP	8,70€	14,50€	406,00€
Iniciados Patinagem Artística	1,45€	2,90€	5,80€
Cadetes Patinagem Artística	2,90€	5,80€	11,70€

Handwritten signature and initials

Juvenis Patinagem Artística	4,35€	8,70€	23,20€
Juniores Patinagem Artística	7,25€	14,50€	58,00€
Seguro Desportivo Atletas			
Menores 14 anos – Hóquei em Patins			8,50€ / Atleta
Maiores 14 anos – Hóquei em Patins			19,00€ / Atleta
Menores 14 anos – Patinagem Artística			7,50€ / Atleta
Maiores 14 anos – Patinagem Artística			14,50€ / Atleta
Seguros não Atletas			5,50 / Não Atleta
Cartões Federativos			
Atleta e Não Atletas			11,60€
Dirigentes			46,40€
Treinadores Camadas Jovens			72,50€

Cláusula 5ª

(Prazos de execução do programa)

O programa terá execução durante a época desportiva de 2019/2020, que decorre de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, fixando-se a data de 01 de março de 2020 para encerramento dos procedimentos referidos na cláusula segunda deste protocolo, bem como, para o envio do Relatório de Execução. -----

Cláusula 6.ª

(Proteção de Dados Pessoais)

- 1 – As entidades subscritoras do presente Protocolo obrigam-se a preservar a confidencialidade dos dados pessoais a que tenham acesso ou que lhes tenham sido transmitidos no âmbito da execução da presente parceria, bem como a tomar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas à sua proteção nos termos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, Regulamento 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
- 2 – A informação e a documentação abrangidas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer outro uso ou tratamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente Protocolo.
- 3 – Exclui-se do dever de confidencialidade a informação e documentação que comprovadamente forem do domínio público ou que, por força de lei, contrato, processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas, os signatários estejam obrigados a revelar.



Cláusula 7ª

(Validade)

O presente contrato programa tem como validade exclusiva a época desportiva de 2019/2020. --

Cláusula 8ª

(Revisão do contrato)

Qualquer alteração ou adaptação dos termos ou dos resultados previstos neste contrato, carece de prévio acordo escrito de ambos os outorgantes. -----

Cláusula 9ª

(Resolução e Denúncia do contrato)

Sempre que, por qualquer circunstância, alguma das partes incumpra com as suas obrigações tal confere à outra o direito de denunciar e resolver o contrato programa, devendo para o efeito notificar, por escrito, a outra parte, sem prejuízo da aplicação de sanções que, em concreto, se venha a apurar serem necessárias aplicar. -----

Cláusula 10ª

(Caducidade do Contrato Programa)

O presente Contrato Programa caduca, quando, por falta não imputável às partes, se torne objetivamente impossível realizar o plano de desenvolvimento que constitui o seu objetivo ou ainda se o segundo outorgante cessar a sua atividade ou desvirtuar o fim para o qual o presente contrato é celebrado. -----

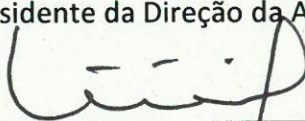
Efetuada em duplicado em Esposende aos 11 de dezembro de dois mil e dezanove. -----

O Presidente da Câmara Municipal



(António Benjamim da Costa Pereira)

O Presidente da Direção da APM



(Licínio Carlos Ferreira dos Santos)